

Como o orçamento de São Paulo pode incentivar a reativação

É o que mostra José Serra, no orçamento para 1985.

O orçamento do Estado para 1985 — o terceiro ano do governo Franco Montoro — terá receita e despesa equilibradas em Cr\$ 8,4 trilhões (valores de julho passado), o que representa um crescimento bastante modesto, de apenas 76%, em relação à previsão feita para este ano.



Segundo o secretário do Planejamento, José Serra (foto), a palavra de ordem continua sendo austeridade — ainda como consequência do gigantesco desperdício de recursos realizado pelo governo Paulo Maluf. Mesmo assim haverá mais dinheiro para aplicar na área social (educação, segurança e saúde) e em projetos que ajudarão a recuperação do mercado interno (trólebus, metrô e estradas vicinais).

A relação de despesas que a Assembléia Legislativa deverá receber antes do final do mês, para aprovação, privilegia as Secretarias da Saúde, Educação, Segurança Pública, Justiça e Transportes.

A educação continuará sendo a maior despesa do Estado, com Cr\$ 1,143 trilhão, seguida em segundo lugar pela Secretaria da Segurança, com Cr\$ 796 bilhões. Mas é para a Secretaria da Saúde, explicou Serra, que se destinou o maior aumento relativo de verba orçamentária, passando ela a ser dotada de Cr\$ 314 bilhões, Cr\$ 35 bilhões a mais do que seriam suas despesas básicas indispensáveis.

À Secretaria da Segurança também se reservou uma verba adicional de Cr\$ 11 bilhões, para que ela não funcione apenas na sua capacidade mínima. Estes recursos serão destinados principalmente à continuidade da Operação Polo, pela qual são instalados postos de atendimento policial em Kombis adaptadas.

Para a Secretaria da Justiça, estão sendo destinados recursos para custear o programa de ampliação de vagas nos presídios, que envolve reformas e construções. Isso custará ao Estado Cr\$ 12,5 bilhões, dentro do orçamento da Justiça de Cr\$ 93,5 bilhões.

A principal ação governamental no campo da saúde, o Programa Metropolitano de Saúde, terá metade de suas despesas financiadas pelo Banco Mundial, cabendo ao Estado 40% dos custos, e os restantes 10% às prefeituras.

"Revolução"

— No ano que vem, teremos financiamentos substanciais complementando o orçamento — afirmou José Serra, citando o exemplo do transporte: o Programa de Trólebus, a continuidade das obras do metrô e o Programa de Estradas Vicinais. Os dois primeiros receberão financiamentos do BNDES, e o das estradas secundárias se implantará com US\$ 40 milhões de ajuda do Banco Mundial, cerca de Cr\$ 85 bilhões. Ao Estado, caberá a parcela de Cr\$ 35 bilhões.

As estradas vicinais ocupam grande parte dos cálculos do secretário do Planejamento porque sua reforma e expansão poderão ser a marca mais característica do atual governo estadual: uma modernização de transporte distribuída por toda a área do Estado, nada faraônica mas muito eficiente, e decisiva

para o que Serra chama de "revolução na estrutura produtiva do Estado". O orçamento prevê a construção de pelo menos 1.400 quilômetros de estradas vicinais a serem construídas em 1985.

Além das previsões citadas, sempre em valores de julho último, que deverão ser inflacionados até o final do mês, as Secretarias da Promoção Social terá verba de Cr\$ 111 bilhões, a de Esportes e Turismo Cr\$ 33,5 bilhões, a do Trabalho, Cr\$ 12 bilhões, e a da Cultura, Cr\$ 42 bilhões, dos quais Cr\$ 27 bilhões destinados exclusivamente à TV Cultura, da Fundação Padre Anchieta.

Serra não tem ainda o dado definitivo para os pagamentos que a Secretaria da Fazenda fará aos servidores estaduais no próximo ano, um ponto crucial das despesas orçamentárias do Estado. "Mas certamente teremos mais folga para o funcionalismo do que tivemos este ano, estaremos um pouco menos afogados", observou o secretário, informando que até o final de 1984 o Estado deverá pagar Cr\$ 4 trilhões a seus funcionários.

Casa Civil gasta menos

Algumas dotações orçamentárias estão diminuindo. A da Casa Civil, por exemplo, que gastou em 1982, último ano do governo Maluf, Cr\$ 30 bilhões, no ano que vem deverá sair bem mais barata para o Tesouro — Cr\$ 13 bilhões de hoje. A diminuição dos gastos da Casa Civil neste governo, contra os do governo passado, foi conseguida "enxugando-se" o item "Outros", suficientemente vago para conter despesas injustificadas.

Serra acha que o Estado está, além disso, economizando, cortando desperdícios e racionalizando despesas, o que poderá dar algumas folgas orçamentárias que a simples porcentagem de aumento do próximo ano sobre o ano atual não permitiriam. Para 1984, a dotação orçamentária foi de Cr\$ 4,76 trilhões.

O orçamento de cada secretaria, informou ele, está sendo estudado por um conselho formado por técnicos da própria secretaria, pelo governador do Estado e pelo secretário do Planejamento. Estão sendo ministrados cursos sobre a elaboração de orçamentos ao pessoal encarregado disso nos diversos organismos da administração direta. E houve a preocupação da consulta aos órgãos regionais, que forneceram dados depois cotejados com os das próprias secretarias.

Depois que completar o orçamento de 1985 a ser submetido à aprovação dos deputados estaduais, a Secretaria do Planejamento passará a elaborar o orçamento das empresas estaduais, onde serão detalhados programas de governo, como as obras de saneamento a cargo da Sabesp e do Departamento de Águas e Energia Elétrica e a modernização do transporte ferroviário a cargo da Fepasa. Além disso, o governo estadual no ano que vem terá de enfrentar sérias despesas herdadas de administrações anteriores. São desapropriações mal planejadas e questões trabalhistas pendentes, ou perdas na Justiça. Só as complementações de aposentadoria aos ex-funcionários da Fepasa e da Vasp custarão aos cofres de São Paulo — isto é, a todos seus cidadãos — quase Cr\$ 200 bilhões.

Eliana Haberli